



CAPA DO PROCESSO

PROCESSO:		0000000097 / 2025	CHAVEWEB:1P2451R1111O97
Data:	24/11/2025		
Hora:	11:51:46		
Proprietário/Interessado:	00000002	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM PRINCIPIO DO PIAUÍ	

Assunto:	PROJETO DE LEI
----------	----------------

O Requerimento acima qualificado vem pelo presente muito respeitosamente solicitar que V. Excia se digne REFERENTE AO PROJETO DE LEI DE Nº 040, PARA SER APRECIADO E VOTADO EM REGIME DE URGENCIA QUE DISPÕE SOBRE A PRODUÇÃO, ELABORAÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO, INCENTIVO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS DE ORIGEM ANIMAL PRODUZIDOS DE FORMA ARTESANAL NO MUNICÍPIO DE BOM PRINCÍPIO DO PIAUÍ- PI.

Consulte o andamento do seu protocolo no nosso site

- 1 – Para acesso a tramitação processual do documento acima, deverá ser informado na tela de consulta o número do protocolo acima indicado.
- 2 – O QR CODE, deste comprovante, irá lhe direcionar para a página de consulta.







**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM PRINCÍPIO DO PIAUÍ**

CNPJ: 41.522.194/0001-72

Av. Ceará, 735, Centro, CEP 64.225-000

E-mail: [prefeiturabomprinciopi@gmail.com](mailto:prefeiturabomprinciopi@gmail.com)

**PROJETO DE LEI Nº 040/2025**

Câmara Mun. de Bom Princípio do Piauí  
Sala das Sessões:

**A P R O V A D O**

07 X 00  
VOTOS A FAVOR VOTOS CONTRA

Em 01/11/2025

[Assinatura]  
Secretário

“Dispõe sobre a produção, elaboração, comercialização, incentivo e fiscalização de produtos alimentícios de origem animal produzidos de forma artesanal no Município de Bom Princípio do Piauí — PI, e dá outras providências.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM PRINCÍPIO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais que lhe compete a Lei Orgânica do Município de Bom Princípio do Piauí, faz saber que apresentou e a Câmara Municipal de Vereadores aprovou a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I — DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** Fica instituído, no âmbito do Município de Bom Princípio do Piauí, o marco normativo para a produção, elaboração, beneficiamento, rotulagem, comercialização, fiscalização e incentivo a produtos alimentícios de origem animal produzidos de forma artesanal, observadas as normas federais e estaduais pertinentes.

**Art. 2º** Para os fins desta Lei, consideram-se:

I — Produto artesanal de origem animal: produto alimentício elaborado por métodos e técnicas tradicionais, em caráter manual ou de pequena escala, com preservação de características culturais, territoriais ou regionais;

II — Produtor artesanal: pessoa física ou coletiva que elabora produtos previstos no inciso anterior, utilizando insumos provenientes de sua propriedade ou de pequenos fornecedores locais e preservando práticas tradicionais;

III — Queijo artesanal: na conformidade da Lei Federal nº 13.860/2019 e regulamentação correlata.

IV — Produtos derivados de Animais: Derivados da Carne: Carne bovina, suína, caprina, ovina e aves, Charque e carne seca, Linguiça, Presunto, Salame, Bacon, Hambúrguer, Patê. Derivados de Pescado: Peixe fresco ou congelado, Filés de peixe, Sardinha/atum enlatado, Camarão, caranguejo, ostras etc. Derivados do Ovo: Ovos in natura, Ovos pasteurizados (líquidos), Ovos desidratados (em pó), Claras ou gemas separadas e processadas. Outros produtos de origem animal: Mel, Própolis, Cera de abelha, Gelatina (produzida a partir de colágeno animal).





**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM PRINCÍPIO DO PIAUÍ**

CNPJ: 41.522.194/0001-72

Av. Ceará, 735, Centro, CEP 64.225-000

E-mail: [prefeiturabomprinciopi@gmail.com](mailto:prefeiturabomprinciopi@gmail.com)

## **CAPÍTULO II — DO REGISTRO E DO SELO MUNICIPAL**

**Art. 3º** Fica criado o **Cadastro Municipal de Produtores Artesanais (CMPA)**, destinado ao registro dos produtores e estabelecimentos de pequena escala.

**Art. 4º** Fica autorizado o desenvolvimento do **Selo Municipal de Identificação de Produto Artesanal (SMIPA)**, que ateste origem municipal e vínculo territorial, observadas as normas federais sobre rotulagem e o Selo ARTE/Selo Queijo Artesanal.

## **CAPÍTULO III — DA REGULAMENTAÇÃO SANITÁRIA ADAPTADA**

**Art. 5º** A vigilância sanitária municipal adotará procedimentos de inspeção e controle adequados à realidade da produção artesanal, observando as diretrizes federais e estaduais.

**Art. 6º** A rotulagem dos produtos artesanais comercializados no Município deverá conter, no mínimo: identificação do produto, lista de ingredientes, indicação de lote, data de fabricação e validade, nome e endereço do produtor, e indicação de que se trata de produto artesanal (SELO).

## **CAPÍTULO IV — DO INCENTIVO E VALORIZAÇÃO**

**Art. 7º** O Município apoiará a cadeia produtiva artesanal por meio de assistência técnica, extensão rural e feiras locais.

**Art. 8º** Fica permitido o estabelecimento de regimes diferenciados de inspeção e rotulagem para produtos artesanais de pequena escala, desde que resguardada a segurança alimentar.

## **CAPÍTULO V — DA FISCALIZAÇÃO E DAS SANÇÕES**

**Art. 9º** A fiscalização será exercida pela Vigilância Sanitária Municipal e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural.

**Art. 10.** O descumprimento sujeitará o infrator às sanções administrativas previstas na legislação municipal.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM PRINCÍPIO DO PIAUÍ**

CNPJ: 41.522.194/0001-72

Av. Ceará, 735, Centro, CEP 64.225-000

E-mail: [prefeiturabomprinciopi@gmail.com](mailto:prefeiturabomprinciopi@gmail.com)

## **CAPÍTULO VI — DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

**Art. 11.** O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 120 dias.

**Art. 12.** Os produtores já em atividade terão prazo de 180 dias para se adequar.

**Art. 13.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Princípio do Piauí (PI), 24 de novembro de 2025.

**FRANCISCO  
APOLINARIO COSTA  
MORAES:78017106300**

Assinado de forma digital por  
FRANCISCO APOLINARIO COSTA  
MORAES:78017106300

Dados: 2025.11.24 11:10:31 -03'00'

**Francisco Apolinário Costa Moraes**  
Prefeito Municipal





**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM PRINCÍPIO DO PIAUÍ**

CNPJ: 41.522.194/0001-72

Av. Ceará, 735, Centro, CEP 64.225-000

E-mail: [prefeiturabomprinciopi@gmail.com](mailto:prefeiturabomprinciopi@gmail.com)

**ANEXO I — PRINCÍPIOS ORIENTADORES**

**1. Valorização das práticas tradicionais e do saber local**

Este princípio reconhece e protege o conhecimento empírico acumulado pelas famílias rurais e pequenos produtores ao longo de gerações, valorizando suas técnicas artesanais de produção de alimentos de origem animal, como queijos, manteigas, carnes curadas, mel e outros derivados. A valorização do saber local reforça a identidade cultural e territorial do Município, promovendo o desenvolvimento econômico com base nas tradições.

**2. Segurança alimentar compatível com a escala artesanal**

A produção artesanal, por sua natureza de pequena escala, requer regras de controle sanitário proporcionais à sua realidade. Este princípio busca assegurar que as normas de higiene, processamento e comercialização sejam aplicadas de forma adaptada, garantindo produtos seguros para o consumo. O objetivo é equilibrar a segurança alimentar e nutricional com a viabilidade econômica e cultural das atividades rurais tradicionais.

**3. Integração entre assistência técnica, promoção comercial e fiscalização educativa**

O desenvolvimento sustentável do setor artesanal depende de um trabalho conjunto entre os órgãos públicos municipais, estaduais e federais. Assim, este princípio orienta a criação de ações integradas que envolvam capacitação técnica dos produtores, apoio na comercialização e fiscalização com caráter educativo, priorizando a orientação e o aperfeiçoamento em vez de punições imediatas. Dessa forma, o Município fortalece o setor produtivo, melhora a qualidade dos produtos e estimula a formalização de novos empreendedores rurais.

**4. Cooperação entre instâncias municipais, estaduais e federais**

A atuação coordenada entre as diferentes esferas de governo é essencial para a eficácia da política pública voltada aos produtos artesanais de origem animal. Este princípio prevê a cooperação técnica entre o Município de Bom Princípio do Piauí, o Governo do Estado do Piauí e o Governo Federal, especialmente por meio de parcerias com o MAPA, ADAPI, EMATER, SENAR e demais instituições afins. A articulação interinstitucional busca evitar sobreposição de ações e assegurar que os produtores locais tenham acesso facilitado a selos oficiais, capacitações e novos mercados.

**5. Incentivo à formalização e agregação de valor dos produtos**

Este princípio visa estimular os produtores artesanais a ingressarem na formalidade, garantindo que seus produtos sejam reconhecidos e valorizados no mercado. A formalização permite o acesso a selos de qualidade, programas de compras públicas, feiras, crédito rural e políticas de apoio à agricultura familiar. Ao agregar valor aos produtos locais, o Município promove o aumento da renda das famílias, o fortalecimento da economia rural e a valorização da produção típica de Bom Princípio do Piauí como um diferencial competitivo e cultural.





PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM PRINCÍPIO DO PIAUÍ

CNPJ: 41.522.194/0001-72

Av. Ceará, 735, Centro, CEP 64.225-000

E-mail: [prefeiturabomprinciopi@gmail.com](mailto:prefeiturabomprinciopi@gmail.com)

## ANEXO II — ANEXO TÉCNICO: RÓTULO E CHECKLIST DE INSPEÇÃO

O presente anexo estabelece um modelo básico de rótulo e uma lista de verificação simplificada para inspeção municipal de produtos artesanais de origem animal.

### MODELO DE RÓTULO SIMPLIFICADO:

- Nome do produto;
- Indicação 'Produto Artesanal';
- Nome e endereço do produtor ou cooperativa;
- Número de registro no CMPA (Cadastro Municipal de Produtores Artesanais);
- Data de fabricação e validade;
- Lote e peso líquido;
- Ingredientes.

### CHECKLIST DE INSPEÇÃO SIMPLIFICADA:

- Ambiente de produção limpo e organizado;
- Uso de água potável;
- Equipamentos adequados e higienizados;
- Ausência de contaminação cruzada;
- Controle básico de pragas;
- Armazenamento adequado dos produtos;
- Documentação do produtor atualizada junto ao CMPA.

Câmara Mun. de Bom Princípio do Piauí  
Sala das Sessões:

A P R O V A D O

VOTOS A FAVOR

VOTOS CONTRA

Em

08 00  
01 12 2025





ESTADO DO PIAUÍ  
CÂMARA MUNICIPAL DE BOM PRINCÍPIO DO PIAUÍ  
AV CEARA, 715- CENTRO- TEL: 3327-1150  
CNPJ – 01.404.587/0001-67



### COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Parecer ao Projeto de Lei nº 040/2025, de autoria do Chefe do Poder Executivo Municipal.

A COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO, por seus membros infra-assinados, após analisar o Projeto de Lei nº 040/2025, de autoria do Chefe do Poder Executivo Municipal, que dispõe sobre a produção, elaboração, comercialização, incentivo e fiscalização de produtos alimentícios de origem animal produzidos de forma artesanal no município de Bom Princípio do Piauí e dá outras providências, em conformidade com as conclusões do relatório exarado pelo Vereador Relator, por entender que as referidas proposições estão de acordo com a Constituição Federal, com a Lei Orgânica Municipal, com o Regimento Interno desta Casa e demais legislações vigentes, é que opina pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 040/2025.

É esse o parecer da Comissão, salvo melhor juízo.

Bom Princípio do Piauí – PI, 01 de dezembro de 2025.

**MARCIO ANTÔNIO FONTINELE VERAS**  
Vereador Presidente

**PEDRO FONTENELE TEIXEIRA**  
Vereador Secretário

**RAILSON DE SOUZA DA COSTA**  
Vereador Membro